



A Creche Sempre em Flor-IPSS

**Anexo ao Balanço e Demonstração de
Resultados Exercício de 2018**

BALANÇO INDIVIDUAL
Dezembro 2018

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis		349 082,83	419 553,29
Bens do Património Histórico e Cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Outros activos financeiros		2 459,97	1 837,19
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membro			
		351 542,80	421 390,48
Ativo corrente:			
Inventários			
Clientes		20 781,71	9 534,64
Adiantamentos a fornecedores			79 090,00
Estado e outros entes públicos		1 836,26	1 487,91
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membro			
Outras contas a receber		154 871,96	251 303,76
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		176 847,21	1 349,46
		354 337,14	342 765,77
Total do Ativo		705 879,94	764 156,25

Página 1 de 2

A Direcção

O Contabilista Certificado

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2018

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos		3 913,55	3 913,55
Excedenes Técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		446 972,37	1 055 872,62
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		13 610,07	13 610,07
		464 495,99	1 073 396,24
Resultado líquido do período		(376 074,79)	(608 900,25)
Total dos Fundos Patrimoniais		88 421,20	464 495,99
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Provisões Especificas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente:			
Fornecedores		85 934,78	20 790,29
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		176 608,31	102 240,14
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Me			
Financiamentos obtidos			17 511,87
Outras contas a pagar		354 915,65	159 117,96
Outros passivos financeiros			
		617 458,74	299 660,26
Total do passivo		617 458,74	299 660,26
Total dos Fundo Patrimoniais e do Passivo		705 879,94	764 156,25

Página 2 de 2

A Direcção

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2018

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		530 284,79	561 779,13
Subsídios, Doações e Legados à Exploração		299 672,12	105 916,51
Variacão nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(121 543,49)	(147 632,10)
Fornecimentos e serviços externos		(293 582,15)	(233 727,71)
Gastos com o pessoal		(716 982,21)	(786 900,30)
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões Específicas (perdas/reversões)			
Outras Imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			(899,04)
Outros rendimentos e ganhos		5,00	618,86
Outros gastos e perdas		(3 458,39)	(32 792,04)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(305 604,33)	(533 636,69)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(70 470,46)	(75 022,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(376 074,79)	(608 658,94)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			(241,31)
Resultado antes de impostos		(376 074,79)	(608 900,25)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(376 074,79)	(608 900,25)

A Direcção

O Contabilista Certificado

1. Identificação da entidade

1.1 — Denominação da Entidade:

A Creche Sempre em Flor

Nif 501311823

1.2 — Lugar da Sede Social:

Rua da Lagoa Marinha, nº 15

2725-355 Mem Martins

1.3 — Natureza da atividade:

Instituição sem fins lucrativos (IPSS) no âmbito de Creche, Jardim de Infância e A.T.L

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no

período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As demonstrações financeiras do exercício de 2018 são comparáveis às do exercício de 2017.

Decorrentes da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas estimativas Contabilísticas e Erros

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

Investimentos Financeiros

Não existem investimentos financeiros.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. A Instituição tem por opção efetuar as compras conforme a ementa semanal, não tendo por essa razão quantidades em inventário.

Subsídios do Governo

Os subsídios concedidos pelo governo através da Segurança Social, são provenientes do protocolo existente para as valências de Creche, Jardim Infância e A.T.L.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber dos Utentes

Instrumentos Financeiros

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio por turno, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores.

4. Activos fixos tangíveis

4.1 — Divulgação para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos Fixos Tangíveis	Vida Útil Estimada (anos)
Edifícios e outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	7 a 20
Equipamento de Transporte	4 a 6
Equipamento Administrativo	3 a 10
Outros Activos Fixos Tangíveis	4 a 14

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Classe Activos \ Val. Apurados		Terrenos Recursos Nat.	Edif. Out. Const.	Equip. Básico	Eq. Transp.	Equip. Adm.	Outros AFT
Início Período	Valor bruto escriturado	34 915,85	614 967,40	154 977,42	110 127,09	51 311,08	53 997,27
	Amort.Acum.+ Perdas Impar.		(281 876,95)	(122 612,86)	(98 252,09)	(51 311,08)	(46 689,84)
Período	Aquisições						
	Alienações						
	Activos detidos p/ Venda						
	Amortização do período						
	Perdas por imparidade						
	Revalorizações						
Outras alterações							
Fim Período	Valor bruto escriturado	34 915,85	614 967,40	154 977,42	110 127,09	51 311,08	53 997,27
	Amort.Acum.+ Perdas Impar.		(281 876,95)	(122 612,86)	(98 252,09)	(51 311,08)	(46 689,84)

4.2.Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

5. Activos intangíveis

5.1 Divulgação para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

5.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. Inventários

6.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

6.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Rubricas	2018			2017		
	Mercadorias	MP, subsid. Cons.	Total	Mercadorias	MP, Subsid. Cons.	Total
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	121 543,49	121 543,49	0,00	147 632,10	147 632,10
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CMVMC	0,00	121 543,49	121 543,49	0,00	147 632,10	147 632,10

7. Rédito

7.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo

7.2 Quantia e natureza dos rendimentos isolados

Rubricas	2018	2017	Varição
Vendas de bens	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	529 648,79	561 143,13	-31 494,34
Subsidio CRSS	210 742,20	24 598,08	186 144,12
Subsidio Investimento	0,00	0,00	0,00
Outros	88 929,92	16 180,00	72 749,92
Total	829 320,91	601 921,21	227 399,70

8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

8.1 — Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

Sem movimento

8.2 — Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

Sem movimento.

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

9.1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Sem movimento

9.2 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

9.3 — Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- Instituto da Segurança Social (protocolos)

10. Instrumentos financeiros**10.1 — Base de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.**

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

10.2 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;**

- a) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- b) Outros créditos;
- c) Fundos subscritos e não realizados;
- d) Diferimentos.

Não se verificam situações desta natureza

10.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;

- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.

10.4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

10.4.1 Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos correntes/pessoal

Sem movimento

10.4.2 Financiamentos obtidos

Sem movimento

10.4.3 Investimentos financeiros

Não se verificam situações desta natureza

10.4.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Desagregação dos valores de caixa e depósitos bancários

Rubrica	2018	2017
Caixa	636,00	636,00
Depósitos à ordem	23 211,21	713,46
Outros depósitos bancários	153 000,00	0,00

11. Benefícios dos empregados

11.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de funcionários durante o período de 2018 foi de 38.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Rubricas	2018	2017
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações	0,00	0,00
Prémios/gratificações	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	708 649,58	783 695,37
Remunerações	559 758,68	630 590,23
Prémios/gratificações	10 181,85	10 550,00
Encargos Sociais	138 709,05	142 555,14
Seguros	6 570,33	155,83
Outros Gastos	1 712,37	2 985,22
Total	716 932,28	786 836,42

12. Acontecimentos após a data do Balanço

12.1 — Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13. Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 — Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras divulgações

Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	2018	2017
Retenção de Impostos Sobre Rendimento	12 954,64	9 702,99
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	645,50	645,50
IVA - Reembolsos Pedidos	645,50	645,50
Contribuições para a Segurança Social	162 463,28	91 666,31
Fundo de Compensação	-85,03	-113,83
Total	174 687,39	100 609,97

Outros Gastos e Rendimentos

14.1.3 – Outros gastos e perdas / Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas da demonstração de resultados *Outros gastos e perdas* e *Outros rendimentos e ganhos* e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	2018		2017	
	Rend. ganhos	Gastos perdas	Rend. ganhos	Gastos perdas
Impostos	0,00	90,78	0,00	1 644,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	27 411,04
Donativos	0,00	0,00	65 138,43	3 440,00
Quotizações	636,00	660,00	636,00	297,00
Multas e penalidades	0,00	2 503,02	0,00	0,00
Total	636,00	3 253,80	65 774,43	32 792,04

14.1.4 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas da demonstração de resultados *Fornecimentos e serviços externos* apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos	2018	2017
Trabalhos especializados	51 952,61	7 157,71
Energia e Fluidos	31 581,22	27 427,73
Material de Escritório	6 058,84	6 267,44
Conservação e Reparação	18 592,74	71 444,66
Outros fornecimentos e serviços externos	185 396,74	121 430,17
Total	293 582,15	233 727,71

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS,

A Direcção da Instituição IPSS, aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Instituições Bancárias e demais entidades que com ela se relacionam.

Mem Martins, 30 de Março de 2019